



**MUNICÍPIO DE SANTA MARTA DE PENAGUIÃO
CÂMARA MUNICIPAL**

ATA DA REUNIÃO ORDINARIA REALIZADA NO DIA
03 DE MAIO DE 2016

N.º 10/2016

PRESIDÊNCIA: Dr.ª Silvia da Fonseca Silva, Vice-Presidente da Câmara. -----

VEREADORES PRESENTES: José Manuel Moreira Lopes, Prof.ª Sandra Maria Morais Guedes
Gonçalves e Prof.ª Maria Arlete Canário Taveira da Costa
Gouveia. -----

AUSÊNCIAS JUSTIFICADAS: Dr. Luís Reguengo Machado, Presidente da Câmara. -----

SECRETARIOU: António Augusto Amaral Sequeira, Chefe de Divisão. -----

HORA DE ABERTURA: 10:00. -----

OUTRAS PRESENÇAS: Não Houve. -----

ACTA DA REUNIÃO ANTERIOR: Aprovada em minuta no final da respetiva reunião. -----



SUMÁRIO

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

	Pág.
1 – Assembleia Municipal – Sessão Ordinária realizada no dia 25 de abril de 2016.....	4
2 – Regulamento Municipal de Concessão de Apoio Financeiro à Exploração Agrícola - Início de Procedimento	6
3 – Venda de Terreno para Construção em Santa Comba - Aprovação das Condições de Venda.....	7

DIVISÃO ADMINISTRATIVA, FINANCEIRA E DE RECURSOS HUMANOS

4 – Delegação de Competências - Informação do Presidente da Câmara Municipal	10
5 – Anulação de Dívida – Renda.....	10

Serviços de Tesouraria

6 – Resumo dos Fluxos de Caixa de 15 a 28 de abril de 2016.....	11
---	----

DIVISÃO DE COORDENAÇÃO TÉCNICA DE PLANEAMENTO E GESTÃO URBANA

7 - Delegação de Competências - Informação do Senhor Vereador em Regime a Tempo Inteiro – José Manuel Moreira Lopes.....	12
8 – Legalização de uma Habitação Unifamiliar – Requerente: Maria Isabel Ferreira Rebelo – Bairro Novo – Cumieira.....	12
9 – Legalização de uma Habitação Unifamiliar – Requerente: António Augusto Alves Rebelo – Bairro Novo – Cumieira.....	16
10 – Legalização de uma Habitação Unifamiliar – Requerente: Deolinda Augusta Ferreira Braga – Bairro Novo – Cumieira.....	19
11 – Designação dos Técnicos Municipais que Integrarão a Comissão Específica de Vistorias no Âmbito dos Procedimentos de Legalização de Operações Urbanísticas ...	23

**UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU DE EDUCAÇÃO, CULTURA,
DESPORTO, AÇÃO SOCIAL E TURISMO**

Serviço de Cultura

12 – Rancho Folclórico “Os Romeiros de São Miguel” – Participação Financeira..... 24

Serviço do Desporto

13 – Sporting Club da Cumieira – Participação Financeira..... 24



ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Assembleia Municipal – Sessão Ordinária realizada no dia 25 de abril de 2016

----- 1 – Presente à reunião as deliberações da sessão ordinária da Assembleia Municipal, realizada no dia 25 de abril de 2016: -----

----- “1 – PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA” -----

----- Ponto 1.1 – Ata da sessão ordinária realizada no dia 26 de fevereiro de 2016 - Aprovada, por unanimidade. -----

----- Ponto 1.2 – Leitura resumida do expediente e prestação de informações e esclarecimentos - Tomado Conhecimento. -----

----- 2 - PERÍODO DA “ORDEM DO DIA” -----

----- Ponto 2.1 – Apreciar uma informação escrita do Senhor Presidente da Câmara (alínea c), n.º 2 do artigo 25.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro) - Tomado Conhecimento. -----

----- Ponto 2.2 - Deliberar sobre a proposta de alteração ao Regulamento do Cemitério Municipal de Santa Marta de Penaguião (alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro – Deliberação da Câmara Municipal de 1 de março de 2016) - Aprovado, por unanimidade. -----

----- Ponto 2.3 - Deliberar sobre a proposta do Regulamento do Fórum de Atividades do Município de Santa Marta de Penaguião (alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro – Deliberação da Câmara Municipal de 1 de março de 2016) - Aprovado, por unanimidade. -----

----- Ponto 2.4 – Deliberar sobre a proposta de alteração ao Regulamento da Venda Ambulante do Município de Santa Marta de Penaguião (alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro – Deliberação da Câmara Municipal de 1 de março de 2016) - Aprovado, por unanimidade. -----

----- Ponto 2.5 – Deliberar sobre a proposta de alteração ao Regulamento do Licenciamento das Atividades Diversas do Município de Santa Marta de Penaguião (alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro – Deliberação da Câmara Municipal de 1 de março de 2016) - Aprovado, por unanimidade. -----

Município de Santa Marta de Penaguião
Câmara Municipal
Ata n.º 10 de 03 de maio de 2016



----- Ponto 2.6 – Deliberar sobre a proposta do Regulamento/Estatuto do Provedor do Município de Santa Marta de Penaguião (alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro – Deliberação da Câmara Municipal de 5 de abril de 2016) - Aprovado, por unanimidade. -----

----- Ponto 2.7 – Deliberar sobre o apoio à Freguesia de Medrões e aprovação da minuta do respetivo contrato interadministrativo, (alínea j), n.º 1 do artigo 25.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro – Deliberação da Câmara Municipal de 19 de abril de 2016) - Aprovado, por unanimidade. -----

----- Ponto 2.8 – Deliberar sobre os Documentos de Prestação de Contas e Relatório de Gestão – 2015, bem como do inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais e respetiva avaliação, de acordo com o estabelecido na alínea i) do n.º 1 do artigo 33.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2015, de 12 de setembro e proposta de aplicação do resultado líquido do exercício, no termos do disposto no ponto 2.7.3 do POCAL (alínea l), n.º 2 do artigo 25.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro – Deliberação da Câmara Municipal de 19 de abril de 2016) - Aprovado, por maioria, com treze votos a favor do Partido Socialista e dos Grupos de Cidadãos “Fazer Mais Pela Nossa Terra” e “Por Medrões Sempre”, seis abstenções do Partido Popular Democrata e dois contra dos representantes das Freguesias de Fontes e União das Freguesias de Louredo e Fornelos. -----

----- Ponto 2.9 – Deliberar sobre a 1.ª revisão dos Documentos Previsionais da Receita e da Despesa, do Plano Plurianual de Investimentos e do Plano de Atividades mais Relevantes - 2016 (alínea a), n.º 1 do artigo 25.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro – Deliberação da Câmara Municipal de 19 de abril de 2016) - Aprovado, por unanimidade. -----

----- 3 - PERÍODO DE “INTERVENÇÃO DO PÚBLICO” -----

----- Não houve.” -----

----- **Deliberação: Tomar conhecimento.** -----



**Regulamento Municipal de Concessão de Apoio
Financeiro à Exploração Agrícola - Início de Procedimento**

----- 2 – Presente à reunião informação da Divisão Administrativa, Financeira e de Recursos Humanos, com o seguinte teor: -----

----- “Considerando que a região do Douro foi a que mais sofreu com as intempéries ocorridas no mês de fevereiro do presente ano, tendo sido, essencialmente, a anormal pluviosidade num curto espaço de tempo que fez gerar uma destruição de explorações agrícolas, tanto em vinhas e socalcos, como nas estradas e caminhos, sendo que a destruição mais onerosa se fez sentir ao nível dos muros de suporte, que se constata serem infraestruturas dispendiosas; -----

----- Considerando que no decorrer desta situação, é fulcral definir os apoios a prestar aos agricultores afetados, e sendo que nessa medida, procura dar-se uma resposta imediata e célere para o restabelecimento da produção agrícola, que, a final, é o rendimento único da maioria destes viticultores, e garantir-lhes a continuidade desses seus rendimentos; -----

----- Considerando que é de extrema relevância proceder à criação de um regulamento municipal que proteja os interesses dos agricultores do Município, que até então não conseguiram ainda fazer face às despesas inerentes a esses prejuízos; -----

----- Considerando que há uma necessidade premente para regulamentar, com atualidade e de acordo com a legislação em vigor, todos os apoios que poderá o Município facultar aos agricultores, no que toca às suas explorações agrícolas; -----

----- Considerando que uma parte relevante das medidas que se pretendem regulamentar são uma decorrência lógica das necessidades que têm sido sentidas pelos agricultores do município de Santa Marta de Penaguião, donde grande parte das vantagens deste regulamento serão a de apoiar a replantação das vinhas e a reconstrução dos muros de suporte que foram afetados pelo mau tempo que se fez sentir na área do município; -----

----- Considerando que, assim, se garante que existirá um amparo aos agricultores que mais danos sofreram nas suas propriedades agrícolas e a final, uma prossecução do interesse público, que no caso passará pela exploração agrícola, pois grande parte da população do município vive e sobrevive da agricultura; -----



----- Assim, face ao referido, propõe-se ao Executivo que para efeitos do disposto nos artigos 97º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-lei nº 4/2015 de 7 de janeiro, delibere no sentido de: -----

----- a) Autorizar o início do procedimento de elaboração de proposta do Regulamento Municipal de Concessão de Apoio Financeiro à Exploração Agrícola a qual deverá acautelar a seguinte orientação: -----

----- i) Assegurar a participação de diversas entidades na elaboração da proposta de regulamento, nomeadamente as associações de agricultores, as forças de segurança, bem como outras entidades públicas. -----

----- b) Fixar uma data até à qual os interessados se possam constituir como tal e apresentarem os seus contributos e sugestões para a elaboração dos projetos de regulamentos.”-----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, autorizar o início do procedimento do Regulamento Municipal de Concessão de Apoio Financeiro à Exploração Agrícola e fixar o prazo de 10 dias uteis para que os interessados se possam constituir como tal e apresentar os contributos e sugestões para a elaboração do projeto de regulamento, nos termos da informação dos serviços.** -----

Venda de Terreno para Construção em Santa Comba - Aprovação das Condições de Venda

----- 3 – Presente à reunião proposta do Senhor Presidente da Câmara Municipal, Dr. Luís Reguengo Machado, com o seguinte teor: -----

----- “A Câmara Municipal de Santa Marta de Penaguião é proprietária de uma parcela de terreno para construção, sita no lugar de Santa Comba, com a área de 1180 metros quadrados, que confronta a norte Carlos Maria da Cunha Coutinho e outros, sul e nascente com Arruamento Público e poente com Gaspar Gonçalves, descrita na Conservatória do Registo Predial de Santa

Município de Santa Marta de Penaguião
Câmara Municipal
Ata n.º 10 de 03 de maio de 2016



Marta de Penaguião sob o nº 1166/20160219 e inscrita na respetiva matriz sob o artigo 1748 da União de Freguesias de Lobrigos (S. Miguel e São João Baptista) e Sanhoane. -----

----- Dado que se revela necessário dar uso àquele terreno, proponho que o Executivo Municipal, ao abrigo da alínea g) nº 1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro, autorize a alienação da referida parcela de terreno e aprove as seguintes condições de venda, bem como fixar o valor por metro quadrado e o valor de cada lanço: -----

- a) A alienação do terreno será através de hasta pública e publicada através de editais afixados nos lugares públicos do costume e na página da internet do Município, **até 10 dias úteis** antes da sua realização, bem como num jornal da região; -----
- b) Dos editais deverão constar, o dia, hora e local onde terá lugar a hasta pública, o preço base do terreno e os lanços mínimos, tipo de construção e outros elementos considerados relevantes; -----
- c) O ato de hasta pública realizar-se-á no dia, hora e local previamente fixados e terá o seu início com a leitura das condições gerais e especiais, seguindo-se a licitação verbal entre os concorrentes; -----
- d) Poderão participar na hasta pública todas as pessoas singulares que residam no Município de Santa Marta de Penaguião; -----
- e) Caso os concorrentes não sejam os próprios interessados, deverá quem os represente apresentar documento bastante comprovativo dos necessários poderes para o efeito; ----
- f) O terreno é alienado ao concorrente que tiver oferecido o preço mais elevado; -----
- g) A Câmara Municipal reserva-se o direito de não fazer a adjudicação se achar conveniente aos interesses do Município; -----
- h) O concorrente a quem for arrematado o terreno terá que efetuar, no prazo de cinco dias úteis seguintes ao da arrematação, como sinal e princípio de pagamento, a importância correspondente a 20% do custo total do terreno; -----
- i) Os restantes 80% do preço serão pagos na data da outorga da escritura de compra e venda, que deverá ser celebrada no prazo de 90 dias úteis contados da data do pagamento a que se refere o número anterior; -----
- j) Excecionalmente, a pedido do interessado por motivo devidamente fundamentado, poderá a Câmara Municipal prorrogar o prazo referido na alínea anterior por um período não superior a 60 dias, findo o qual, não podendo ser atendido, será considerada a

Município de Santa Marta de Penaguião
Câmara Municipal
Ata n.º 10 de 03 de maio de 2016



- desistência da venda do terreno e a perda, a favor do Município, de 10% da importância referida na alínea h). -----
- k) As despesas com a realização da escritura e registo predial são da responsabilidade do adquirente; -----
- l) Caduca a atribuição do terreno por motivos imputáveis ao adquirente no caso de: -----
Incumprimento do estipulado nas alíneas h) i), e j), não apresentar o pedido de licenciamento para realização das obras e não dar início às obras de construção no prazo definido na alínea n); -----
- m) O pedido de licenciamento para realização das obras nos termos do regime jurídico de urbanização e edificação e demais normas legais e regulamentares aplicáveis, deve ser efetuada no prazo de um ano, a contar da data da celebração da escritura de compra e venda; -----
- n) O início da construção deverá ter lugar no prazo de um ano, a contar da data da aprovação do pedido de licenciamento, a que se refere a alínea anterior; -----
- o) No caso de incumprimento do estabelecido na alínea anterior, a Câmara Municipal, declara a caducidade da validade do licenciamento, bem como a reversão do terreno, com audiência prévia do interessado, sendo devolvido ao comprador 80% da importância paga pela sua aquisição, e solicitado à Conservatória do Registo Predial a anulação do registo; -----
- p) As obras devem ser concluídas no prazo de 24 meses, a contar da data do seu início previsto na alínea n); -----
- q) O prazo estabelecido na alínea anterior só poderá, excecionalmente, ser prorrogado por mais 12 meses, a requerimento devidamente fundamentado do interessado, autorizado por despacho do Presidente da Câmara; -----
- r) Se as obras não forem concluídas nos prazos estabelecidos nas alíneas p) e q) aplica-se o previsto na alínea o); -----
- s) O proprietário do terreno não pode celebrar contratos relativos ao mesmo que impliquem a sua alienação ou qualquer outra forma de transmissão de direitos reais ou de locação, a título gratuito ou oneroso, salvo ao Município de Santa Marta de Penaguião, observando-se o disposto na alínea o); -----



- t) As dúvidas e omissões são resolvidas por deliberação da Câmara Municipal de Santa Marta de Penaguião, nos termos gerais de direito. -----

----- **Deliberação:** Aprovar, por unanimidade, a alienação da parcela de terreno, bem como as condições de venda, fixar o valor de 15,00€ (quinze euros) por metro quadrado e 5,00€ (cinco euros) o valor de cada lanço, nos termos da proposta. -----

**DIVISÃO ADMINISTRATIVA,
FINANCEIRA E DE RECURSOS HUMANOS**

**Delegação de Competências - Informação do Presidente
da Câmara Municipal**

----- 4 – Presente à reunião informação do Senhor Presidente da Câmara Municipal, Dr. Luís Reguengo Machado, com o seguinte teor: -----

----- “Em cumprimento do n.º 1 do artigo 34.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, levo ao conhecimento do Executivo Municipal as declarações por mim proferidas ao abrigo das competências delegadas pela Câmara Municipal, nos termos da alínea d) do n.º 1 do artigo 33.º do referido diploma.” -----

----- Alteração Orçamental efetuada no dia 15 de abril de 2016. -----

----- **Deliberação:** Tomar conhecimento. -----

Anulação de Dívida – Renda

----- 5 – Presente à reunião informação da Divisão Administrativa, Financeira e de Recursos Humanos, com o seguinte teor: -----

Município de Santa Marta de Penaguião
Câmara Municipal
Ata n.º 10 de 03 de maio de 2016



----- “Encontra-se por pagar a renda da habitação, sita em Paredes D’Arcã (antiga Escola Primária), freguesia de Sever, deste Concelho, cujo contrato de arrendamento foi celebrado com o Senhor **Armindo Azevedo César**, no valor de 247,01€ (duzentos e quarenta e sete euros e um cêntimo). -----

----- Considerando que o arrendatário faleceu em meados de 2015, tendo deixado como herdeira conhecida, uma neta menor, e não tendo estes serviços conhecimento de que a mesma tem rendimentos ou bens que possam responder pelo pagamento da dívida, propõe-se ao Executivo que delibere autorizar a anulação daquela mesma dívida.” -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, autorizar a anulação da dívida da renda da habitação, no valor de 247,01€ (duzentos e quarenta e sete euros e um cêntimo).** -----

Serviços de Tesouraria

Resumo dos Fluxos de Caixa de 15 a 28 de abril de 2016

----- 6 – Presente à reunião para conhecimento o Resumo dos Fluxos de Caixa de 15 a 28 de abril de 2016, o qual apresenta os seguintes valores: -----

RESUMO DOS FLUXOS DE CAIXA				Data:	28/04/2016
Recebimentos			Pagamentos		
Saldo do dia anterior:		333 230,81	Despesas Orçamentais (*)		1 941 345,61
Execução orçamental	154 540,37		Correntes	1 539 866,83	
Operações de tesouraria	178 690,44		Capital	401 478,78	
			(*) Compromissos	6 088 632,26	
Receitas Orçamentais		2 376 736,91	Operações de tesouraria		107 804,30
Correntes	1 986 440,04		Saldo para o dia seguinte:		794 996,61
Capital	390 296,87		Execução orçamental	589 931,67	
Operações de tesouraria		134 178,80	Operações de tesouraria	205 064,94	
Total		2 844 146,52	Total		2 844 146,52

----- **Deliberação: Tomar conhecimento.** -----



DIVISÃO DE COORDENAÇÃO TÉCNICA DE PLANEAMENTO E GESTÃO URBANA

**Delegação de Competências - Informação do Senhor Vereador
em Regime a Tempo Inteiro – José Manuel Moreira Lopes**

----- 7 – Presente à reunião informação do Senhor Vereador em Regime a Tempo Inteiro, José Manuel Moreira Lopes, com o seguinte teor: -----

----- “No uso das competências que me foram delegadas, nos termos do n.º 1 do artigo 34.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, levo ao conhecimento do Executivo Municipal as decisões proferidas ao abrigo do disposto na alínea y) do n.º1 do artigo 33.º, do mesmo diploma, referentes às obras particulares aprovadas durante o mês de abril de 2016 que constam do mapa anexo à presente ata e da qual faz parte integrante.” -----

----- **Deliberação: Tomar conhecimento.** -----

**Legalização de uma Habitação Unifamiliar – Requerente:
Maria Isabel Ferreira Rebelo – Bairro Novo – Cumieira**

----- 8 – Presente à reunião informação da Divisão de Coordenação Técnica de Planeamento e Gestão Urbana, com o seguinte teor: -----

----- “1 – INTRODUÇÃO -----

----- Através do requerimento n.º 363/16, referente ao processo n.º 2/16, a Sr.ª Maria Isabel Ferreira Rebelo, solicita pedido de licenciamento, com vista à aprovação de uma operação urbanística de edificação, consubstanciada na legalização das obras de construção de um imóvel pré-existente, destinado a uma habitação unifamiliar e anexo, situada no Lote n.º 29, Loteamento 1/13, resultante de uma AUGI (Áreas Urbanas de Génese Ilegal) Bairro Novo, freguesia da Cumieira no concelho de Santa Marta de Penaguião. -----

----- A Operação Urbanística é ilegal por falta de emissão do Alvará conforme previsto no n.º 1 do artigo 74 do RJUE. -----



----- De acordo com a Certidão Permanente apresentada, o prédio urbano tem a área total de 350,00 m², está inscrito na matriz com o n.º 1567, da freguesia da Cumieira. -----

----- O local é abrangido pela Zona Especial de Protecção ao Alto Douro Vinhateiro, classificada como Património da Humanidade, estabelecida pelo Aviso n.º 15170/2010, DR 2.ª Série, N.º 147, de 30 de Julho. -----

----- 2 – ANTECEDENTES/TRAMITAÇÃO-----

- 19/02/2016 – Informação técnica nos termos da qual foi solicitado parecer à DCRN. -----

- 21/03/2016 – Recepção por parte da DCRN de parecer favorável. -----

----- 3 - SANEAMENTO E APRECIACÃO LIMINAR-----

----- O processo está instruído de acordo com o disposto no Anexo I, do ponto I e nos n.ºs 15 e 16, do ponto III, da Portaria 113/2015, de 22 de Abril, e de acordo com o n.º4, do artigo 102.º-A, do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), por se tratar de uma legalização, designadamente: -----

----- Certidão da descrição e de todas as inscrições em vigor emitida pela conservatória do registo predial referente ao prédio abrangido; -----

----- Termos de responsabilidade, subscritos pelo autor do projecto de arquitectura e coordenador do projecto, quanto ao cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis; -----

----- Comprovativo de inscrição do técnico em associação pública de carácter profissional; -----

----- Seguro de responsabilidade civil do técnico; -----

----- Memória descritiva e justificativa; -----

----- Fotografias; -----

----- Planta localização com a indicação precisa do local onde se pretende executar a obra; -----

----- Extractos das plantas de ordenamento e condicionantes do plano Director Municipal, com a indicação precisa do local onde se pretende executar a obra; -----

----- Planta de síntese do loteamento com a indicação do lote à escala de 1:500; -----

----- Planta de implantação à escala de 1:100; -----

----- Plantas à escala de 1:100 contendo as dimensões, áreas e usos de todos os compartimentos; -----

----- Alçados à escala de 1:100; -----

----- Cortes longitudinais e transversais à escala de 1:100; -----

Município de Santa Marta de Penaguião
Câmara Municipal
Ata n.º 10 de 03 de maio de 2016



----- CD, com peças escritas e desenhadas do projecto; -----

----- 4 - ENQUADRAMENTO DA PRETENSÃO -----

----- 4.1 - No Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação -----

----- O pedido agora apresentado tem enquadramento legal no disposto no artigo 102.º-A do Dec.- Lei 555/99, alterado e republicado pelo Dec. Lei 136/2014, de 9 de Setembro, por se tratar da legalização das obras de construção de uma habitação unifamiliar e de um anexo de apoio.

----- 4.2 - Nos instrumentos de Gestão Territorial -----

----- De acordo com a Planta de Ordenamento do Plano Director Municipal n.º, o prédio urbano está inserido em “Espaços Predominantemente Habitacionais de Nível II”. -----

----- 4.3 - Nos Regulamentos Municipais -----

----- O pedido apresentado tem enquadramento no artigo 21.º do Regulamento Municipal da Urbanização e da Edificação. -----

----- 5 - CARACTERIZAÇÃO E ANÁLISE DA PRETENSÃO -----

----- 5.1 - O processo não está instruído de acordo com o n.º 15, do ponto III, da Portaria 113/2015, de 22 de Abril, ou seja, obras de edificação, para efeitos de aprovação do projecto de arquitectura, designadamente: -----

----- Pormenores de construção, à escala adequada, esclarecendo a solução construtiva adoptada para as paredes exteriores do edifício e sua articulação com a cobertura, vãos de iluminação/ventilação e de acesso, bem como com o pavimento exterior existente; -----

----- Ficha de elementos estatísticos previstos na Portaria n.º 235/2013, de 24 de Julho. -----

----- 5.2 - Verificação do Quadro Resumo do Loteamento -----

Área do Lote (m2)	Área de Implantação		Área Bruta de Construção (m2)	Uso	
	Edifício (m2)	Anexo (m2)		Cave	R/chão
350,00m2	108,00	20,00	236,00	Arrumo e Garagem	Habitação
Cumpre	<u>Não Cumpre</u>	Não existe	<u>Não Cumpre</u>	Cumpre	Cumpre

Índice de Ocupação Solo	Índice de Construção	N.º de Pisos		Volumetria (m2)
		Abaixo Cota Soleira	Acima Cota Soleira	
0,36	0,67	1	1	626,40
Cumpre	<u>Não Cumpre</u>	Cumpre	Cumpre	<u>Não Cumpre</u>



---- 5.3 - Análise do Pedido à luz do artigo 26º do RMUE em vigor: -----

---- No pedido não foi cumprido o disposto no n.ºs 1 e 3 do artigo supra referenciado. -----

---- 5.4 - Análise do Pedido à luz do artigo 102-A do Decreto-lei 555/99 de 16 de Dezembro, com redacção conferida pelo Decreto-lei 136/2014, de 9 de Setembro (RJUE) -----

---- Dispensa de cumprimento de normas técnicas relativas à construção. -----

---- 6- RESPONSABILIDADE-----

---- Nos termos de responsabilidade subscritos pelo autor do projecto de arquitectura e coordenador do projecto, é declarado que não foram cumpridas as normas regulamentares do loteamento n.º 1/13, no que concerne à implantação do edifício na Planta de Síntese. -----

---- 7 - PROPOSTA DE DECISÃO-----

Atendendo às razões de facto e de direito expostas, bem como o estabelecido nos diplomas aplicáveis (artigo 102.º- A do RJUE e Secção I do RMUE), propõe-se adopção da seguinte estratégia procedimental: -----

---- a) Considerando que a fundamentação da decisão a praticar está enquadrada ao abrigo do regime de legalização de operações urbanísticas, regulado no art.º 102-A do RJUE, deverá a mesma ser praticada, nos termos legais, pela Câmara Municipal, sugerindo-se assim, o agendamento deste assunto para a próxima reunião ordinária do aludido órgão administrativo;

---- b) Alcançado tal desiderato, propõe-se que a Câmara Municipal delibere indeferir o pedido de legalização das obras patenteadas no projecto a que se fez referência e reconhecer que não se encontram preenchidos os requisitos legais que permitem a emissão do respectivo alvará de autorização de utilização do imóvel; -----

---- c) Caso a Câmara Municipal delibere indeferir o presente pedido de legalização do imóvel, dever-se-á informar o requerente da intenção de indeferimento da sua pretensão, concedendo-lhe o prazo de 20 dias úteis para realização da audiência escrita do qual tem direito, por força do Código do Procedimento Administrativo, artigos 121.º e 122º, do Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de Janeiro." -----

---- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, a intenção de indeferimento, nos termos da informação dos serviços Técnicos e proceder à audiência escrita do interessado, de acordo com os artigos 121.º e 122º, do Código do Procedimento administrativo, aprovado Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de Janeiro.** -----



Legalização de uma Habitação Unifamiliar – Requerente:
António Augusto Alves Rebelo – Bairro Novo – Cumieira

----- 9 – Presente à reunião informação da Divisão de Coordenação Técnica de Planeamento e Gestão Urbana, com o seguinte teor: -----

----- “1 – INTRODUÇÃO -----

----- Através do requerimento n.º 264/16, referente ao processo n.º 3/16, a Sr. António Augusto Alves Rebelo, solicita pedido de licenciamento, com vista à aprovação de uma operação urbanística de edificação, consubstanciada na legalização das obras de construção de um imóvel pré-existente, destinado a uma habitação unifamiliar e anexo, situada no Lote n.º 27, Loteamento 1/13, resultante de uma AUGI (Áreas Urbanas de Génese Ilegal) Bairro Novo, freguesia da Cumieira no concelho de Santa Marta de Penaguião. -----

----- A Operação Urbanística é ilegal por falta de emissão do Alvará conforme previsto no n.º 1 do artigo 74 do RJUE. -----

----- De acordo com a Certidão Permanente apresentada, o prédio urbano tem a área total de 350,00 m², está inscrito na matriz com o n.º 2821, da freguesia da Cumieira. -----

O local é abrangido pela Zona Especial de Protecção ao Alto Douro Vinhateiro, classificada como Património da Humanidade, estabelecida pelo Aviso n.º 15170/2010, DR 2.ª Série, N.º 147, de 30 de Julho. -----

----- 2 – ANTECEDENTES/TRAMITAÇÃO-----

- 19/02/2016 – Informação técnica nos termos da qual foi solicitado parecer à DCRN. -----

- 21/03/2016 – Recepção por parte da DCRN de parecer favorável condicionado. -----

----- 3 - SANEAMENTO E APRECIAÇÃO LIMINAR-----

----- O processo está instruído de acordo com o disposto no Anexo I, do ponto I e nos n.ºs 15 e 16, do ponto III, da Portaria 113/2015, de 22 de Abril, e de acordo com o n.º4, do artigo 102.º-A, do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), por se tratar de uma legalização, designadamente: -----

----- Certidão da descrição e de todas as inscrições em vigor emitida pela conservatória do registo predial referente ao prédio abrangido; -----



- Termos de responsabilidade, subscritos pelo autor do projecto de arquitectura e coordenador do projecto, quanto ao cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis; -----
- Comprovativo de inscrição do técnico em associação pública de carácter profissional; -----
- Seguro de responsabilidade civil do técnico; -----
- Memória descritiva e justificativa; -----
- Fotografias; -----
- Planta localização com a indicação precisa do local onde se pretende executar a obra; -----
- Extractos das plantas de ordenamento e condicionantes do plano Director Municipal, com a indicação precisa do local onde se pretende executar a obra; -----
- Planta de síntese do loteamento com a indicação do lote à escala de 1:500; -----
- Planta de implantação à escala de 1:100; -----
- Plantas à escala de 1:100 contendo as dimensões, áreas e usos de todos os compartimentos; -----
- Alçados à escala de 1:100; -----
- Cortes longitudinais e transversais à escala de 1:100; -----
- CD, com peças escritas e desenhadas do projecto; -----
- 4 - ENQUADRAMENTO DA PRETENSÃO -----
- 4.1 - No Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação -----
- O pedido agora apresentado tem enquadramento legal no disposto no artigo 102.º-A do Dec.- Lei 555/99, alterado e republicado pelo Dec. Lei 136/2014, de 9 de Setembro, por se tratar da legalização das obras de construção de uma habitação unifamiliar e de um anexo de apoio. --
- 4.2 - Nos instrumentos de Gestão Territorial -----
- De acordo com a Planta de Ordenamento do Plano Director Municipal n.º, o prédio urbano está inserido em "Espaços Predominantemente Habitacionais de Nível II". -----
- 4.3 - Nos Regulamentos Municipais -----
- O pedido apresentado tem enquadramento no artigo 21.º do Regulamento Municipal da Urbanização e da Edificação. -----
- 5 - CARACTERIZAÇÃO E ANÁLISE DA PRETENSÃO -----
- 5.1 - O processo não está instruído de acordo com o n.º 15, do ponto III, da Portaria -----

Município de Santa Marta de Penaguião
Câmara Municipal
Ata n.º 10 de 03 de maio de 2016



113/2015, de 22 de Abril, ou seja, obras de edificação, para efeitos de aprovação do projecto de arquitectura, designadamente: -----

----- Pormenores de construção, à escala adequada, esclarecendo a solução construtiva adoptada para as paredes exteriores do edifício e sua articulação com a cobertura, vãos de iluminação/ventilação e de acesso, bem como com o pavimento exterior existente; -----

----- Ficha de elementos estatísticos previstos na Portaria n.º 235/2013, de 24 de Julho. -----

----- 5.2 - Verificação do Quadro Resumo do Loteamento-----

Área do Lote (m2)	Área de Implantação		Área Bruta de Construção (m2)	Uso	
	Edifício (m2)	Anexo (m2)		Cave	R/chão
351,00m2	76,00	25,00	177,00	Arrumo e Garagem	Habitação
Cumpre	<u>Não Cumpre</u>	<u>Não Cumpre</u>	<u>Não Cumpre</u>	<u>Não Cumpre</u>	Cumpre

Índice de Ocupação Solo	Índice de Construção	N.º de Pisos		Volumetria (m2)
		Abaixo Cota Soleira	Acima Cota Soleira	
0,29	0,50	1	1	440,80
<u>Não Cumpre</u>	<u>Não Cumpre</u>	Cumpre	Cumpre	<u>Não Cumpre</u>

----- 5.3. - Análise do Pedido à luz do artigo 26º do RMUE em vigor: -----

----- No pedido não foi cumprido o disposto no n.ºs 1 e 3 do artigo supra referenciado. -----

----- 5.4. - Análise do Pedido à luz do artigo 102-A do Decreto-lei 555/99 de 16 de Dezembro, com redacção conferida pelo Decreto-lei 136/2014, de 9 de Setembro (RJUE) -----

----- Dispensa de cumprimento de normas técnicas relativas à construção. -----

----- 6- RESPONSABILIDADE-----

----- Nos termos de responsabilidade subscritos pelo autor do projecto de arquitectura e coordenador do projecto, é declarado que não foram cumpridas as normas regulamentares do loteamento n.º 1/13, no que concerne à implantação do edifício na Planta de Síntese. -----

----- 7 - PROPOSTA DE DECISÃO-----

----- Atendendo às razões de facto e de direito expostas, bem como o estabelecido nos diplomas aplicáveis (artigo 102.º- A do RJUE e Secção I do RMUE), propõe-se adopção da seguinte estratégia procedimental: -----



- a) Considerando que a fundamentação da decisão a praticar está enquadrada ao abrigo do regime de legalização de operações urbanísticas, regulado no art.º 102-A do RJUE, deverá a mesma ser praticada, nos termos legais, pela Câmara Municipal, sugerindo-se assim, o agendamento deste assunto para a próxima reunião ordinária do aludido órgão administrativo; ---
- b) Alcançado tal desiderato, propõe-se que a Câmara Municipal delibere indeferir o pedido de legalização das obras patenteadas no projecto a que se fez referência e reconhecer que não se encontram preenchidos os requisitos legais que permitem a emissão do respectivo alvará de autorização de utilização do imóvel; -----
- c) Caso a Câmara Municipal delibere indeferir o presente pedido de legalização do imóvel, dever-se-á informar o requerente da intenção de indeferimento da sua pretensão, concedendo-lhe o prazo de 20 dias úteis para realização da audiência escrita do qual tem direito, por força do Código do Procedimento Administrativo, artigos 121.º e 122º, do Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de Janeiro.” -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, a intenção de indeferimento, nos termos da informação dos serviços Técnicos e proceder à audiência escrita do interessado, de acordo com os artigos 121.º e 122º, do Código do Procedimento administrativo, aprovado Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de Janeiro.** -----

Legalização de uma Habitação Unifamiliar – Requerente:

Deolinda Augusta Ferreira Braga – Bairro Novo – Cumieira

----- 10 – Presente à reunião informação da Divisão de Coordenação Técnica de Planeamento e Gestão Urbana, com o seguinte teor: -----

----- “1 – INTRODUÇÃO -----

----- Através do requerimento n.º 265/16, referente ao processo n.º 4/16, a Sr.ª Deolinda Augusta Ferreira Braga, solicita pedido de licenciamento, com vista à aprovação de uma operação urbanística de edificação, consubstanciada na legalização das obras de construção de um imóvel pré-existente, destinado a uma habitação unifamiliar e anexo, situada no Lote n.º 13, Loteamento 1/13, resultante de uma AUGI (Áreas Urbanas de Génese Ilegal) Bairro Novo, freguesia da Cumieira no concelho de Santa Marta de Penaguião. -----

Município de Santa Marta de Penaguião
Câmara Municipal
Ata n.º 10 de 03 de maio de 2016



----- A Operação Urbanística é ilegal por falta de emissão do Alvará conforme previsto no n.º 1 do artigo 74 do RJUE. -----

----- De acordo com a Certidão Permanente apresentada, o prédio urbano tem a área total de 483,00 m², está inscrito na matriz com o n.º 2807, da freguesia da Cumieira. -----
O local é abrangido pela Zona Especial de Protecção ao Alto Douro Vinhateiro, classificada como Património da Humanidade, estabelecida pelo Aviso n.º 15170/2010, DR 2.ª Série, N.º 147, de 30 de Julho. -----

----- 2 – ANTECEDENTES/TRAMITAÇÃO -----

- 19/02/2016 – Informação técnica nos termos da qual foi solicitado parecer à DCRN. -----
- 21/03/2016 – Recepção por parte da DCRN de parecer favorável condicionado. -----

----- 3 - SANEAMENTO E APRECIAÇÃO LIMINAR -----

----- O processo está instruído de acordo com o disposto no Anexo I, do ponto I e nos n.ºs 15 e 16, do ponto III, da Portaria 113/2015, de 22 de Abril, e de acordo com o n.º 4, do artigo 102.º-A, do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), por se tratar de uma legalização, designadamente: -----

----- Certidão da descrição e de todas as inscrições em vigor emitida pela conservatória do registo predial referente ao prédio abrangido; -----

----- Termos de responsabilidade, subscritos pelo autor do projecto de arquitectura e coordenador do projecto, quanto ao cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis; -----

----- Comprovativo de inscrição do técnico em associação pública de carácter profissional; -----

----- Seguro de responsabilidade civil do técnico; -----

----- Memória descritiva e justificativa; -----

----- Fotografias; -----

----- Planta localização com a indicação precisa do local onde se pretende executar a obra; -----

----- Extractos das plantas de ordenamento e condicionantes do plano Director Municipal, com a indicação precisa do local onde se pretende executar a obra; -----

----- Planta de síntese do loteamento com a indicação do lote à escala de 1:500; -----

----- Planta de implantação à escala de 1:100; -----

----- Plantas à escala de 1:100 contendo as dimensões, áreas e usos de todos os compartimentos; -----

Município de Santa Marta de Penaguião
Câmara Municipal
Ata n.º 10 de 03 de maio de 2016



----- Alçados à escala de 1:100; -----

----- Cortes longitudinais e transversais à escala de 1:100; -----

----- CD, com peças escritas e desenhadas do projecto; -----

----- 4 - ENQUADRAMENTO DA PRETENSÃO-----

----- 4.1 - No Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação -----

----- O pedido agora apresentado tem enquadramento legal no disposto no artigo 102.º-A do Dec.- Lei 555/99, alterado e republicado pelo Dec. Lei 136/2014, de 9 de Setembro, por se tratar da legalização das obras de construção de uma habitação unifamiliar e de um anexo de apoio. --

----- 4.2 - Nos instrumentos de Gestão Territorial -----

----- De acordo com a Planta de Ordenamento do Plano Director Municipal n.º, o prédio urbano está inserido em "Espaços Predominantemente Habitacionais de Nível II". -----

----- 4.3 - Nos Regulamentos Municipais -----

----- O pedido apresentado tem enquadramento no artigo 21.º do Regulamento Municipal da Urbanização e da Edificação. -----

----- 5 - CARACTERIZAÇÃO E ANÁLISE DA PRETENSÃO -----

----- 5.1 - O processo não está instruído de acordo com o n.º 15, do ponto III, da Portaria 113/2015, de 22 de Abril, ou seja, obras de edificação, para efeitos de aprovação do projecto de arquitectura, designadamente: -----

----- Pormenores de construção, à escala adequada, esclarecendo a solução construtiva adoptada para as paredes exteriores do edifício e sua articulação com a cobertura, vãos de iluminação/ventilação e de acesso, bem como com o pavimento exterior existente; -----

----- Ficha de elementos estatísticos previstos na Portaria n.º 235/2013, de 24 de Julho. -----

----- 5.2 - Verificação do Quadro Resumo do Loteamento-----

Área do Lote (m2)	Área de Implantação		Área Bruta de Construção (m2)	Uso	
	Edifício (m2)	Anexo (m2)		Cave	R/chão
483,00m2	99,00	0	205,00	Arrumo e Garagem	Habitação
Cumpre	<u>Não Cumpre</u>	<u>Não Cumpre</u>	<u>Não Cumpre</u>	<u>Não Cumpre</u>	Cumpre

Município de Santa Marta de Penaguião
Câmara Municipal
Ata n.º 10 de 03 de maio de 2016



Índice de Ocupação Solo	Índice de Construção	N.º de Pisos		Volumetria (m2)
		Abaixo Cota Soleira	Acima Cota Soleira	
-	-	1	1	-
-	-	Cumpr	Cumpr	-

----- 5.3. - Análise do Pedido à luz do artigo 26º do RMUE em vigor: -----

No pedido não foi cumprido o disposto no n.ºs 1 e 3 do artigo supra referenciado. -----

----- 5.4 - Análise do Pedido à luz do artigo 102-A do Decreto-lei 555/99 de 16 de Dezembro, com redacção conferida pelo Decreto-lei 136/2014, de 9 de Setembro (RJUE) -----

----- Dispensa de cumprimento de normas técnicas relativas à construção. -----

----- 6- RESPONSABILIDADE-----

----- Nos termos de responsabilidade subscritos pelo autor do projecto de arquitectura e coordenador do projecto, é declarado que não foram cumpridas as normas regulamentares do loteamento n.º 1/13, no que concerne à implantação do edifício na Planta de Síntese. -----

----- 7 - PROPOSTA DE DECISÃO-----

----- Atendendo às razões de facto e de direito expostas, bem como o estabelecido nos diplomas aplicáveis (artigo 102.º- A do RJUE e Secção I do RMUE), propõe-se adopção da seguinte estratégia procedimental: -----

----- a) Considerando que a fundamentação da decisão a praticar está enquadrada ao abrigo do regime de legalização de operações urbanísticas, regulado no art.º 102-A do RJUE, deverá a mesma ser praticada, nos termos legais, pela Câmara Municipal, sugerindo-se assim, o agendamento deste assunto para a próxima reunião ordinária do aludido órgão administrativo; ---

----- b) Alcançado tal desiderato, propõe-se que a Câmara Municipal delibere indeferir o pedido de legalização das obras patenteadas no projecto a que se fez referência e reconhecer que não se encontram preenchidos os requisitos legais que permitem a emissão do respectivo alvará de autorização de utilização do imóvel; -----

----- c) Caso a Câmara Municipal delibere indeferir o presente pedido de legalização do imóvel, dever-se-á informar o requerente da intenção de indeferimento da sua pretensão, concedendo-lhe o prazo de 20 dias úteis para realização da audiência escrita do qual tem direito, por força do



Código do Procedimento Administrativo, artigos 121.º e 122º, do Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de Janeiro.” -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, a intenção de indeferimento, nos termos da informação dos serviços Técnicos e proceder à audiência escrita do interessado, de acordo com os artigos 121.º e 122º, do Código do Procedimento administrativo, aprovado Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de Janeiro.** -----

Designação dos Técnicos Municipais que Integrarão a Comissão Específica de Vistorias no Âmbito dos Procedimentos de Legalização de Operações Urbanísticas

----- 11 – Presente à reunião informação da Chefe da Divisão de Coordenação Técnica Planeamento e Gestão Urbana, com o seguinte teor: -----

----- **I – ENQUADRAMENTO LEGAL** -----

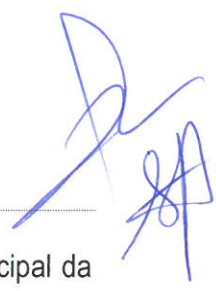
----- Como é conhecido, nos termos do preceituado no Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-lei 555/99, de 16 de Dezembro, na sua actual redação e, mais recentemente, face ao disposto no Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação aprovado pela Assembleia Municipal, em sua sessão ordinária de 26 de Fevereiro, de 2016, está contemplado o procedimento de legalização de operações urbanísticas. -----

----- Com vista as boas práticas deverá ser constituída uma comissão específica de vistorias com a finalidade de avaliar as condições descritas no pedido de legalização, cujo, auto de vistoria será parte integrante da informação técnica para os efeitos legais. -----

----- Para efeitos de emissão de autorização de utilização, conforme preceituado na alínea b) do n.º 2 do artigo 25.º do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação, fica essa mesma comissão incumbida da realização dessa vistoria. -----

----- **II – PROPOSTA DE DECISÃO** -----

----- Em coerência com as razões de facto e direito, sou a propor que seja adoptada pelo órgão executivo municipal uma deliberação que, aprove a constituição da comissão específica de vistorias, no âmbito dos procedimentos de legalização de operações urbanísticas que será formada pelos seguintes elementos: Técnico Superior de Arquitetura João Avelino Araújo de



Sousa, Técnica Superior de Engenharia Civil Cármen Carvalho Pereira e o Fiscal Municipal da área geográfica, como membro suplente ficará o outro Fiscal Municipal. -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, a constituição da comissão específica de vistorias, nos termos da informação dos serviços.** -----

**UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO
AÇÃO SOCIAL E TURISMO**

Serviço de Cultura

Rancho Folclórico “Os Romeiros de São Miguel”

– Comparticipação Financeira

----- 12 – Presente à reunião, proposta da Senhora Vice-Presidente da Câmara, Dr.ª Sílvia Silva, com o seguinte teor: -----

----- “Pelas comemorações do seu 30º aniversário, o Grupo Folclórico Os Romeiros de São Miguel vão levar a cabo um dia inteiro de comemorações. Assim, e por forma a conseguirem organizar a festa que dignifique o número de anos em atividade, não desorganizando o planeamento financeiro já existente, veem desta forma requerer um subsídio que os ajude a fazer face às despesas desse dia.” -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, atribuir uma comparticipação financeira no valor de 2.000,00€ (dois mil euros).** -----

Serviço do Desporto

Sporting Club da Cumieira – Comparticipação Financeira

----- 13 – Presente à reunião informação do Senhor Vereador em Regime a Tempo Inteiro, José Manuel Moreira Lopes, com o seguinte teor: -----

Município de Santa Marta de Penaguião

Câmara Municipal

Ata n.º 10 de 03 de maio de 2016

----- “Considerando que a Federação Portuguesa de Futebol abriu concurso para a Modernização das Infraestruturas Desportivas dos Clubes das Competições não Profissionais. ---

----- Considerando que dos projetos a apoiar devem constar as necessidades prioritárias para o desenvolvimento do futebol ou para ações de reconhecido interesse social. -----

----- Considerando que o Sporting Club da Cumieira, necessita de obras no seu campo de jogos denominado “Campo Flávia”, e que se enquadram neste projeto; -----

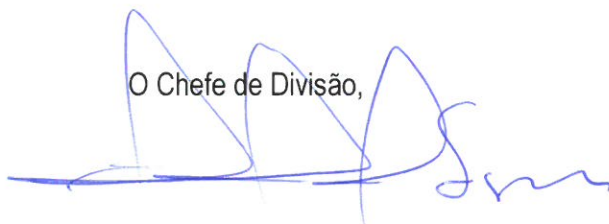
----- Considerando, também, que não têm capacidade financeira para elaboraram o projeto em causa. -----

----- Propõe-se ao Executivo Municipal, que delibere, aprovar, nos termos da alínea o) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a concessão de um apoio financeiro no valor de 500,00€ (quinhentos euros) ao Sporting Club da Cumieira, destinado a compartilhar nas despesas com a elaboração do projeto de candidatura ao concurso para a modernização do “Campo Flávia”. -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, atribuir uma comparticipação financeira no valor de 500,00€ (quinhentos euros).** -----

----- E não havendo mais nada a tratar, a Câmara Municipal, deliberou, por unanimidade, aprovar a presente ata, em minuta, nos termos e para os efeitos consignados no artigo 57.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, a qual vai assinada pelo Senhor Presidente da Câmara e por mim, António Augusto Amaral Sequeira, Chefe de Divisão, com funções de Secretário que a elaborei. Foi encerrada a reunião quando eram 10:30 horas. -----

O Chefe de Divisão,



(António Augusto Amaral Sequeira)

A Vice-Presidente Câmara,



(Silvia Fonseca Silva, Dr.ª)